



A mediação da informação praticada nos Arquivos Distritais : Transformação de saberes e práticas

Milena Carvalho

*Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão - Instituto Politécnico do Porto, Portugal,
milenacarvalho@eseig.ipp.pt*

Resumo

Esta comunicação apresenta parte dos resultados alcançados no âmbito da investigação de doutoramento, sobre a mediação da informação praticada e percebida nos Arquivos Distritais e equiparados, cujo papel é determinante na consolidação e preservação da memória institucional nacional, como fator de identidade e sentimento de pertença de uma comunidade e na promoção da cidadania.

Nesse sentido, realizou-se um estudo empírico junto de informantes responsáveis dos Arquivos Distritais recorrendo à metodologia quadripolar, no âmbito da Ciência da Informação, identificando e caracterizando o que consideramos ser uma mudança de paradigma (de “custodial” para “pós-custodial”) relativamente à alteração da demanda de informação e das funções com que se deparam atualmente os arquivos e os profissionais da informação; exigindo neste entender uma revisão das práticas de mediação da informação.

Palavras-chave: Mediação da Informação, Transformação de práticas, Arquivos Distritais; Ciência da Informação.

Introdução

A questão da mediação da informação tem sido objeto de análise de diversas áreas disciplinares, mas no âmbito da Ciência de Informação (CI) este estudo é ainda incipiente. Considera-se, no entanto, que a CI fornecerá um quadro teórico-metodológico muito útil e pioneiro para a análise desta questão, na medida em que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação). (Silva, 2006, 140-141).

Neste sentido, a mediação da informação constitui-se como elemento central na transição entre o paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista e o paradigma pós-custodial, informacional e científico. (Silva, 2006).

Reportando-nos à realidade da mediação da informação, esta proposta tem subjacente a premissa segundo a qual as transformações ocorridas nos últimos anos, marcadas pelo advento das novas TIC, e de um público cada vez mais alargado e com competências tecnológicas mais vastas e desenvolvidas, exigem a adequação da profissão e dos serviços de informação à nova conjuntura social, económica, cultural e tecnológica, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação (Ribeiro, 2010). Na medida em que, o profissional da informação não é nem neutral nem imparcial, mas interfere efetivamente (enquanto sujeito) do processo info-comunicacional em que se insere. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno; ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo. (Almeida Junior, 2009)

A mediação da informação sob o novo paradigma que assume uma mediação pós-custodial tenderá a ser um processo de multi-mediações partilhadas pelos profissionais da informação e que são ao mesmo tempo partilhadas com informáticos e *designers* de informação, de quem depende, por exemplo, e em concreto, a criação do website através do qual são disponibilizados os acervos em depósito. (Ribeiro, 2010).

Procura-se, no âmbito deste novo paradigma, alterar a perceção da comunidade em relação aos Arquivos Distritais (ADs), à informação e às formas de acesso que estes disponibilizam, dando-os a conhecer, criando novos públicos e gerando uma interação maior entre o acervo e os utilizadores, no sentido de permitir que estes construam o seu próprio caminho de acesso à informação, tornando-se mediadores da informação.

Estes aspetos configuram a transição paradigmática que urge empreender, priorizando o acesso à informação, salientando-se que esta transformação não contempla simplesmente a atualização tecnológica dos arquivos, designadamente por via da introdução das TIC, sendo necessário que simultaneamente se instale, no domínio dos arquivos, e em definitivo, a abordagem crítica, trans e interdisciplinar da CI.

Nesta comunicação apresenta-se parte dos resultados sobre a perceção que os responsáveis dos ADs portugueses têm da mediação da informação que praticam e por conseguinte a necessária adequação da profissão e das instituições arquivísticas à nova conjuntura social, económica, cultural e tecnológica.

Método

Do ponto de vista metodológico, e considerando que o paradigma emergente, científico-informacional, coloca a Arquivística como disciplina aplicada na área da CI, resultando na transferência do objeto documento para o objeto informação no que à pesquisa diz respeito, decidimos privilegiar a metodologia quadripolar de investigação, formulada por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete (Bruyne et al (1977). Convergimos na apreciação dos autores da Escola do Porto, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, de que o Método Quadripolar se ajusta, como nenhum outro, ao objeto e campo de estudo próprio da CI.

No nosso caso, estruturámos também a investigação em quatro pólos de análise – o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico – estabelecendo interações entre eles, o que nos permitiu aproximá-la do pensamento pós-positivista, sistémico e construtivista onde almejamos situar-nos.

De seguida, iremos expor cada um destes pólos da investigação, demonstrando e clarificando o nosso percurso metodológico.

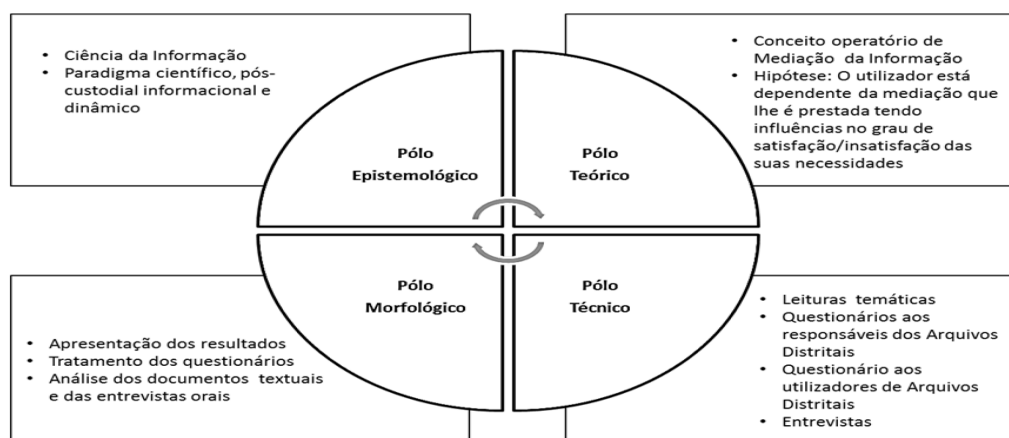


Figura 1 - O método quadripolar aplicado ao estudo da mediação e usos da informação nos arquivos distritais, fonte: Bruyne et al (1977)

Assim, no pólo epistemológico, colocamos o enfoque crítico da pesquisa, tentando garantir que a construção do nosso objecto e problemática de investigação fosse efetivamente capaz de suscitar a produção de conhecimento científico sobre a mediação da informação nos AD, alicerçado no mapa de estruturação teórica da CI, e no paradigma científico, pós-custodial, informacional e dinâmico. Assim, o objetivo foi compreender as atitudes informacionais dos responsáveis destas instituições em estudo, a fim de propor soluções adequadas a cada caso e não de se impor regras elaboradas / atitudes adquiridas, sem experienciar e analisar estes comportamentos informacionais na sua gênese.

No pólo teórico, por seu lado, vinculamos o nosso objeto à abordagem sistémica do fenómeno informacional. À semelhança da Escola do Porto, entendemos que a teoria sistémica se aplica adequadamente ao estudo do fenómeno info-comunicacional (Silva, 2006), pelo que veiculamos a teorização proposta por Bertalanffy a partir de 1925 (Bertalanffy,1993) na medida em que, através desta, se torna possível conceber a Arquivística como «uma ciência de informação social, que estuda os arquivos como sistemas de informação (semi-)fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente.» (Silva et al, 1999, p. 214) e, logo, possibilita igualmente a universalização do conhecimento arquivístico numa perspetiva científica. Também nas palavras de Ana Lúcia Terra, que justifica a adoção da teoria sistémica «como modelo de inteligibilidade coerente e pertinente para enquadrar o percurso de investigação, desde a formulação de teorias e hipóteses até à refutação ou validação, estando por isso presente nos pólos técnico e morfológico.» (Terra, 2012, p. 55). Implica-se, assim, o confronto com o real, manifestando-se aqui a racionalidade indutiva do sujeito que conhece o objeto no decurso do processo de investigação, apoiando-se, naturalmente, em quatro princípios (ação estruturante, integração dinâmica, grandeza relativa e pertinência).

Resumidamente, podemos descrever estes quatro princípios como o reconhecimento de que: o Sistema de Informação resulta de atos individuais ou coletivos que o edificam e modelam e que se refletem designadamente na sua estrutura orgânica e funcional; o Sistema de Informação interage com o meio envolvente, dependendo tanto de fatores e circunstâncias internas como externas; a estrutura orgânica resultante apresenta graus de complexidade diversos, variando desde uma estrutura simples e sem divisões sectoriais (unicelular) até uma de maior dimensão e complexidade com dois ou mais sectores funcionais (pluricelulares); e que, existem critérios de pertinência decorrentes da estrutura ou contexto do Sistema de Informação que determinam a forma como a informação é recuperada.

Este contexto, leva-nos a caracterizar o objeto de estudo como um Centro Especializado de Arquivo (CEA) da Administração Pública (AP) portuguesa, assim partiu-se do entendimento de CEA, enquanto um «sistema pluricelular criado especialmente para incorporar, salvaguardar e divulgar qualquer arquivo desativado ou ainda para incorporar informação sem interesse administrativo (valor primário) proveniente de organismos em plena atividade» (Silva, 2009, p.216) definição que encerra dentro do seu contexto os serviços de arquivo que constituíram a população-alvo do presente estudo: os arquivos de âmbito nacional (AN's) dependentes da Direção Geral de Livros Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), exceto o Centro Português de Fotografia (CPF) bem como os Arquivos de âmbito Distrital (AD's) nos quais se incluíram os AD's de Braga e da Universidade do Minho, da Universidade de Coimbra, Guimarães e regiões autónomas.

No pólo técnico, estruturámos um dispositivo metodológico capaz de produzir uma apropriação do real, sustentada na recolha e análise de dados passíveis de suscitar a reflexão teórica em torno da hipóteses de trabalho formulada, que no nosso caso foi colocada nestes termos: O utilizador está dependente da mediação que lhe é prestada tendo influência no grau de satisfação/insatisfação das suas necessidades. Assim, para além da realização de leituras exploratórias sobre a temática escolhida, a

pesquisa que desenhamos elegeu-se o inquérito por questionário e as entrevistas semi-dirigidas aos responsáveis de sete ADs, por forma a complementar a pesquisa. Pretendeu-se, com estes instrumentos a recolha de dados e a interpretação dos resultados, numa análise retrospectiva do desempenho dos ADs estudados, mas também numa análise prospetiva e/ou de diagnóstico, que foi capaz de identificar boas práticas e ações de melhoria a implementar, no que à mediação institucional diz respeito.

No pólo morfológico, centramo-nos na apresentação dos resultados e produção das reflexões finais, procurando enquadrar as nossas principais conclusões com as hipóteses de trabalho formuladas e, desta forma, produzir a síntese indispensável, quer da trajetória de investigação concretizada, quer do objeto de estudo eleito para a pesquisa, ou seja, tentar contribuir para a progressão científica do conhecimento sobre a Mediação da Informação praticada nos ADs e indicar novas práticas de saber.

Em suma, « (...) a escolha do método quadripolar significa a assunção cabal da CI como uma ciência social, com as implicações epistemológicas que isso comporta» (Silva, 2014.p.17).

Discussão

Durante a realização desta tese, centrada na Mediação da Informação nos ADs, fomos constatando e verificando, no âmbito do enquadramento na CI que predefinimos, assim como sob a nossa perspetiva de análise, que, atualmente, os ADs se encontram numa fase de mudança ou transição. Esta mudança revela-se e reflete-se nos seus novos papéis, missão e objetivos, nas formas de interação com os seus utilizadores, nos modelos de gestão, formas de acesso e de divulgação da documentação/informação que detêm, ainda que, formalmente ou em termos das suas obrigações ou estatutos legais, estas mudanças não estejam claramente definidas ou assumidas.

Por este motivo, consideramos estar perante uma fase de transição que resulta numa mudança de paradigma, passando-se de um paradigma “custodial” para um novo paradigma “pós-custodial”, como resultado dos avanços sociais, científicos e tecnológicos na nova Era da Informação.

Neste sentido referenciamos Silva e Ribeiro que defendem e explicam igualmente esta transição sob este prisma de mudança paradigmática, inserindo o conceito de Mediação no âmbito da CI, caracterizando-o por «mediadores especializados, como são os bibliotecários e os arquivistas, mas, ao mesmo tempo é partilhada com informáticos e designers de informação, de quem depende a feitura do website através do qual são disponibilizados os acervos em depósito» (Silva e Ribeiro, 2010, p.7)

Como referimos, consideramos estar a atravessar uma crise de transição, de partilhas de mediações, mas convém dizer-se que não propomos para os ADs um desenho de motor de busca como o Google, para referir um exemplo extremo. Não só porque tal redundaria, em última análise, na hegemonia dos informáticos sobre os profissionais de informação, mas tão-somente porque é possível e desejável, no quadro de uma mediação pós-custodial, que a arquivística se desenvolva em torno de princípios que permitam articular o domínio progressivo das TIC na custódia, conservação, organização, seleção e avaliação de volumes cada vez mais consideráveis de informação, com o conhecimento rigoroso das necessidades e perfis de utilização da informação pelos utilizadores.

De facto, impõe-se a realização de ações de formação, tais como as que estão a ser ministradas aos funcionários dos ADs em formato *E-learning*, na área das TIC, assim como a necessidade de aquisição de mais equipamento de digitalização, ou de substituição do equipamento obsoleto (observações referidas pelos responsáveis), para poder corresponder aos objetivos e satisfazer utilizadores cada vez mais exigentes, que demonstram, por exemplo, maior interesse em conhecer a documentação existente nestes serviços de informação, em detrimento das meras descrições arquivísticas que os documentos devem respeitar antes de estarem acessíveis. No entanto, e ainda acerca destas da questão da acessibilidade tecnológica, deve-se salientar a necessidade de continuarem a existir profissionais de

informação com competências nas áreas mais tradicionais como a da interpretação dos documentos, a denominada paleografia, importante para que não se corra o risco de certa documentação ficar inacessível por falta de técnicos com conhecimentos nesta área.

Como resposta a esta questão, sentida e igualmente formulada por teóricos e pensadores da área da CI, foram surgindo programas e projetos para a sensibilização, formação e adaptação dos profissionais desta área. Devemos assim salientar a importância das alterações verificadas no âmbito da formação académica dos profissionais da informação em Portugal, tendo como principais pioneiros, em 2001, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (com a Licenciatura em Ciência da Informação, ministrada conjuntamente com a Faculdade de Letras e a Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto) (Pinto, 2013) e a Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto (com a Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação).

Todavia, Além da formação dos profissionais e do aumento das suas competências em TIC, verifica-se ainda, que para atingir uma plena valorização da informação como fenómeno humano e social, é necessário intervir na educação, na colaboração e nas formas de interação com os utilizadores, proporcionando assim a promoção de literacias e meios para o acesso à informação. Seja de âmbito regional ou global, o conhecimento das necessidades específicas dos utilizadores e dos profissionais da informação, reside na herança do património informacional. Como tal, as necessidades de multi-mediações, tornam-se evidentes, implicando um maior cruzamento entre os profissionais da área e as formas de pesquisa, exigências trazidas também pelas novas competências técnicas de manuseamento das TIC por parte dos utilizadores. (Carvalho, 2014).

Resultados

De acordo com os resultados obtidos desta investigação e sob o novo paradigma que assume uma mediação pós-custodial, deu-se um maior ênfase à aquisição de novas competências por parte dos funcionários dos arquivos dos ADs, nomeadamente em TIC, em detrimento das competências tradicionais nas áreas de conservação e restauro, como se verificava na perspectiva custodial.

Verificou-se ainda, que no sentido de dotar os ADs de capacidade de responder aos desafios de mediação atuais tal como defendemos, se torna necessário igualmente, rever a legislação de acesso à informação nos ADs, rever prazos, condições de incorporação da informação bem como rever funções, procedimentos relativos aos serviços de referência/mediação e funções de difusão/extensão educativa, em âmbitos tradicional ou digital e, acima de tudo, realizar uma mediação explícita e colaborativa com todos os intervenientes, acompanhado as reformas da AP e situando os ADs numa fase de transição urgente e contínua pós-custodial.

De salientar que da totalidade dos ADs estudados, nos 18 dos arquivos que dependem da DGLAB, tendo por isso de seguir as suas diretrizes e sendo em parte menos autónomos, existem responsáveis que têm uma visão mais focalizada no acesso à informação como exercício do direito de cidadania e uma forma de trabalhar mais aberta à novidade e à mudança, fazendo com que o arquivo acompanhe as transformações inerentes a uma sociedade de informação, com multi-mediações, institucionais, assentes no paradigma pós-custodial, científico, informacional e dinâmico. Ou seja, verifica-se que mesmo em ADs cujos objectivos não foram ainda (re)definidos num contexto pós-custodial, é possível e até inevitável trabalhar nesse sentido, dando outra forma de expressão e de utilização da informação que contém, através de novas formas de mediação.

De salientar que a maior parte dos responsáveis dos ADs afirmou ter criado os sítios web por iniciativa própria, como “autodidatas”, outros, recorreram à ajuda dos técnicos da “casa” outros recorreram a parcerias com Universidades e outros ainda, recorreram a empresas da área. Atualmente, verifica-se uma tendência para esta partilha de mediação, existindo uma maior intervenção do informático e do

Web designer, tendo-se constatado que em diversos sites de ADs sob dependência da DGLAB as páginas possuem já um mesmo layout, mas a responsabilidade dos conteúdos continua a estar dependente dos responsáveis dos ADs. Verificou-se ainda que alguns dos ADs estão já presentes noutras redes sociais como o facebook, blogs, etc.

Aferindo que, e como referem Silva e Ribeiro (2010, p, 176) estes sites institucionais

«[...] continuam a ser concebidos em moldes de usabilidade que ainda convocam características da mediação custodial, ao imporem ao utilizador os esquemas de catalogação, de indexação e os sumários descritivos – considerados suficientes para o potencial interessado – e ao pretenderem “ensiná-lo” a seguir a via de acesso indicada “paternalmente”. Trata-se de uma tendência que perdura e que é justificada pela necessidade de indicar ao utilizador ou potenciais “clientes” a melhor forma de obter com rapidez e plena satisfação, a informações pretendidas – os manuais de utilizador consagram esta postura mediadora que é, também, fortemente dirigida e até manipuladora.»

Como se verificou através das respostas por parte dos responsáveis dos ADs, estes têm a percepção que os utilizadores experienciam dificuldades no acesso à informação, no entanto não existe ainda uma preocupação ou cultura dos ADs que permita realizar estudos específicos sobre os processos de mediação ou sobre as necessidades individuais dos utilizadores (existem sobretudo estudos sobre o grau de satisfação destes).

Verifica-se portanto, que a falta desta informação dificulta o desenvolvimento de ferramentas de acesso mais dirigidas aos utilizadores, tendo estes de orientar as suas pesquisas segundo as “regras do fornecedor de informação”, ou seja, sujeitando-se à mediação imposta pelo AD, que, de um modo geral, possui ferramentas de acesso ainda baseadas nos métodos tradicionais de pesquisa (índices, catálogos ou inventários) mesmo quando acessíveis em novos formatos (como os formatos eletrónicos disponibilizados presencialmente ou remotamente através da internet).

Reforçamos assim e ainda, a importância do estudo de utilizadores para a nova geração de instrumentos arquivísticos de referência, pois parece evidente na medida em que os mecanismos de interação no instrumento, permitem ao pesquisador a manipulação e visualização das representações que devem ser constantemente adaptados aos diversos e mutantes perfis de utilizadores, permitindo as mediações explícitas e partilhadas.

Todavia, na nossa perspectiva os ADs estão, ainda longe de aproveitar as novas possibilidades de interação que se apresentam atualmente, tal como o uso da web 2.0 e na aposta no desenvolvimento de ferramentas da Web Semântica ou Web 3.0, que permitem que a informação deixe de ser apenas compreensível para humanos para passar a ser também compreensível por computadores, aumentando assim exponencialmente a capacidade de organização e recuperação da informação disponível online.

Conclusões

No contexto de uma sociedade globalizada, em que o papel da informação e do conhecimento são cada vez mais nucleares, acreditamos que os profissionais da informação devem concentrar esforços na apropriação e desenvolvimento de aptidões e competências capazes de os posicionar enquanto recursos estratégicos da informação, e não mais como eruditos guardiães de documentos, envolvidos num dédalo de procedimentos técnicos complexos e eminentemente burocratizantes. (Ferreira; Almeida Junior, 2013).

Resumindo, diríamos que o conhecimento do tipo de utilizador, dos seus temas de pesquisa, dos documentos que precisa ou deseja, podem e devem condicionar a estruturação do serviço de atendimento e orientação, procurando conciliar e utilizar em seu proveito fatores incontornáveis, tais como os recursos humanos, financeiros e tecnológicos de que o arquivo dispõe. Salientamos assim, que o acesso do público não pode passar pela mera possibilidade de pesquisa e consulta ou da disponibilização de reproduções, usando os meios tradicionais. A rentabilização das instituições da

área cultural, em que se deverão incluir os ADs, «obriga», também, ao uso dos instrumentos tecnológicos e organizacionais existentes, devidamente adequados e ajustados aos bens que custodiam e disponibilizam ao público, numa perspetiva de serviço público assim como de contribuição para a sua formação cultural e informacional.

Neste sentido é também necessário referir a importância do reconhecimento efetivo da difusão cultural enquanto uma das funções dos arquivos, como função capaz de o fazer interagir com um público não especializado e de ampliar o seu reconhecimento social, enquanto entidades valorizadas pelo público em geral.

Procura-se, pois, no âmbito da mediação pós-custodial, alterar a perceção da comunidade em relação aos próprios arquivos, materializada na difusão cultural, na extensão educativa e em práticas pedagógicas, alterando serviços e formas de acesso, o que implica igualmente uma redefinição dos instrumentos de pesquisa, dando-os a conhecer, criando novos públicos e gerando uma interação maior entre o acervo e os utilizadores; no sentido de permitir que estes construam o seu próprio caminho de acesso à informação, transformando o utilizador também em mediador da informação.

Os ADs promovem já algumas medidas no sentido de melhorar a mediação (tal como a promoção atividades dirigidas ao público geral, como exposições, workshops, serviços educativos ou a criação de newsletters e boletins informativos e de divulgação cultural) e facilitar o acesso dos utilizadores (tal como se verificou com alguns projetos apresentados e já implementados, como o DigitArq ou o CRAV), sendo que a diferente dimensão dos diversos ADs e respetivas diferenças na capacidade de captação fundos e disponibilidade de recursos, assim como as diferentes visões ou formas de gestão dos seus responsáveis, resultem igualmente em diferentes medidas e respetivos resultados.

Todavia, na nossa perspetiva, ainda não se identifica claramente nos ADs uma mudança de paradigma, verificando-se, no entanto, estar-se perante uma alteração do contexto da mediação implícita, sentida como uma transição, assente no seu ambiente tradicional-digital, agora com multi-mediações, institucionais.

Em resultado da transição, em função das multi-mediações, a gestão destes serviços de informação por parte dos responsáveis dos ADs, e pela DGLAB, configura atualmente um desafio em progresso, complexo e difícil de implementar. Assim este estudo pretende contribuir para o alargamento da reflexão teórica sobre a Mediação da Informação no âmbito da CI em Portugal e permitir desenvolver um maior conhecimento da prática desta função, considerando os aspetos anteriormente focados.

Referências bibliográficas

TERRA, Ana Lúcia Silva – *As políticas de informação e de comunicação da União Europeia: uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da Ciência da Informação*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008. Tese de Doutoramento, p.55 [Em linha] [Cons. 10 dez. 2012]. Disponível em WWW: <URL:https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/11215>. p.55.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de (2009) – *Mediação da informação e múltiplas linguagens*. Pesq. bras. Ci. Inf. Vol.2, nº.1, p.92- 93 (jan./dez. 2009) [em linha]. [Cons. 01 fev. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://eprints.rclis.org/13269/1/MEDIA%C3%87%C3%83O_DA_INFORMA%C3%87%C3%83O_Linguagens.pdf>.

DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc (1974) – *Dynamique de la recherche en sciences sociales : les pôles de la pratique méthodologique*. Paris: Presses Universitaires de France.

BERTALANFFY, Ludwig Von (1993) – *Théorie générale des systèmes*. Paris : Dunod. ISBN 2 10 001841 8.

CARVALHO, Milena – *Estudo da Mediação e do uso da Informação nos Arquivos Distritais*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Tese de doutoramento.

FERREIRA, Leticia Elaine; JÚNIOR, Oswaldo Francisco de Almeida (2013) - A mediação da informação no âmbito da arquivística. *Perspectivas em Ciência da Informação* [em linha]. Vol. 18, nº.1, p.158-167. [Cons. 15 fev. 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1270/1111>>. ISSN 1981-5344.

PINTO, Maria Manuela Gomes Azevedo, (2013) - *A Formação de Arquivistas no Quadro da Ciência da Informação: o caso da Universidade do Porto* – IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica [Em linha] Disponível em URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3089.pdf> [Acedido em 12 de Julho de 2013]

RIBEIRO, Fernanda (2010) – Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. *Informação & Sociedade: Estudos*. p.69. [em linha]. Vol. 20, nº1, p. 63-70ISSN 1809-4783. [Cons. 18-01-2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4440/3420>>.

SILVA, Armando Malheiro da [et al] (1999) – *Arquivística: Teoria e prática de uma Ciência da Informação*: Vol. 1. Porto: Afrontamento. ISBN 972-36-0483-3.

SILVA, Armando Malheiro da (2006) – *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento; CETAC.

SILVA, Armando Malheiro da (2014) - Ciência da Informação e comportamento informacional Enquadramento epistemológico do estudo das necessidades de busca, seleção e uso. *Prisma.Com* [em linha]. N.º16 [Consultado 10-5-2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/700>>. ISSN 1646-3153.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2010) – *Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação*. Recife : Néctar. ISBN 978-8560323-33-3.